

Depois de desprezar órgãos, governo reforça sua estrutura

Salário dos técnicos de nível superior dobrou e foram abertos concursos

Quando assumiu, em 2003, o presidente Lula deixou claro o seu desrespeito pelas agências reguladoras que, na sua visão, usuravam poder dos ministérios. O governo demorava uns para indicar diretores para as agências – que, sem dúvida, não podiam tomar decisões – e contingenciava suas verbas.

Em 2006, o governo criou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), nomeando diretores que não entendiam nada de aviação, e garanharam o apelido de "pilotos sem brevê".

Sobreveceram os desastres – no sentido literal. O "apagão aéreo" desnudou o descontrole sobre o setor. A diretoria da Anac foi inteiramente substituída por técnicos.

"A crise que colocou a Anac na berlinda foi muito útil para mostrar ao governo e à sociedade a importância de levar a sério a engenharia institucional das agências reguladoras", recorda Lucia Helena Salgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

"Quando fui convidado, já não havia mais controvérsias sobre se as agências deveriam existir", diz Ronald Sardenberg, presidente da Anatel há dois anos e ministro da Ciência

e Tecnologia no governo de Fernando Henrique Cardoso. "Não tive evidência de interferência do governo."

Obedecendo ao interesse do governo de concentrar o setor em três grandes empresas, a Anatel modificou as regras para permitir que a Ol comprasse a Brasil Telecom. "Sabíamos do interesse do governo, mas o processo foi conduzido de maneira técnica", garante Sardenberg. "A situação evoluiu de duas operadoras muito grandes e duas médias para três grandes. Acho que com isso há mais possibilidade de concorrência."

A Anatel é acusada de ter sido branda com a Telefônica, cujo serviço de internet Speedy tem apresentado problemas em São Paulo. "A agência deveria ter sido mais proativa", diz Marcos Pó, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). Sardenberg defende-se dizendo que desde julho de 2008 abriu seis processos administrativos contra a empresa.

Jerson Kellman, que dirigiu a Aneel entre 2005 e 2008, é outro exemplo de indicação apartidária: ele havia sido presidente da Agência Nacional

FRASE

Lucia Helena Salgado

Coordenadora de estudos de regulação do Ipea
"A crise que colocou a Anac na berlinda foi muito útil para mostrar ao governo e à sociedade a importância de levar a sério a engenharia institucional das agências reguladoras"

em torno de R\$ 10 mil. Isso tem diminuído sua cooperação pelas empresas dos setores respectivos. Têm sido abertos concursos para centenas de vagas.

O projeto de lei que tramita na Câmara torna cada agência uma unidade orgânica. Para o deputado Ricardo Barros (PP-PR), relator do projeto, isso lhes dará independência financeira em relação aos ministérios aos quais estão vinculadas.

Ao lado da autonomia, a transparéncia é outro conceito-chave. Ao contrário da Aneel, cujas sessões são transmitidas pela internet, a Anatel se reúne a portas fechadas. Segundo Sardenberg, isso se deve à lei, que preserva o sigilo comercial das empresas.

Lucia Helena, membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) entre 1996 e 2000, discorda: "O sigilo pode ser preservado em reuniões abertas, criando-se uma versão pública e outra confidencial dos relatórios. Todas as reuniões do Cade são públicas e nunca vazou informação." • L.S.